

PRESENCIAL E ONLINE

Inscrição obrigatória até 30/09

em: <https://forms.gle/QQoMvEN8MV93zSCJ7>

COLÓQUIO

A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA

1961 - 1974

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

De Famalicão para o Mundo

sábado 9 outubro 2021

Museu da Guerra Colonial

V. N. de Famalicão

Acreditado para Professores como uma Ação de Curta Duração pelo CFAEVNF

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



Abordagem Histórica e Político-Militar da Guerra Colonial

CARLOS MATOS GOMES

Oficial do Exército aposentado e investigador de História Contemporânea de Portugal

1. Situação interna e externa no Pós- II Guerra Mundial:

O Movimento Descolonizador e a Conferência de Bandung. A ONU.

Salazar e as Colónias – A inclusão do Ato Colonial na Constituição – A alteração da designação de colónias por províncias ultramarinas. A alteração do conceito estratégico nacional – da Europa para África.

2. 1960/61 – A independência do Congo – Os acontecimentos da Baixa do Cassange, o 4 de Fevereiro, os massacres de Março.

3. Porque optou Salazar pela guerra e não pela descolonização?

4. O alastramento da guerra à Guiné e a Moçambique.

5. As alianças de Portugal – da Inglaterra e dos EUA para a França e a Alemanha. A aliança com a África do Sul.

6. A organização das forças armadas para a guerra: a quadrícula e a soberania.

7. O desenvolvimento da guerra nos 3 Teatros de Operações

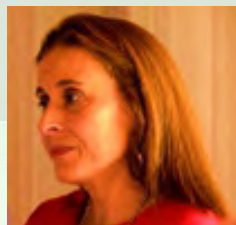
8. A evolução da atitude da sociedade portuguesa face à guerra – de 1961 a 1974;

9. O desgaste moral e material da guerra

10. Algumas conclusões.

Natural de Vila Nova da Barquinha é Coronel do Exército em situação de reforma. Cumpriu três comissões na Guerra Colonial (Moçambique, Angola e Guiné), nas tropas especiais dos Comandos. Fez parte da primeira comissão coordenadora do Movimento dos Capitães, na Guiné. Pertenceu à Assembleia do MFA durante o ano de 1975. É investigador de História Contemporânea de Portugal, tendo publicado a título individual, ou em co-autoria com Aniceto Afonso, várias obras de referência na área da historiografia militar, entre elas *Guerra Colonial*, *Os Anos da Guerra Colonial e Portugal e a Grande Guerra*. Com o pseudónimo de Carlos Vale Ferraz, tem desenvolvido uma continuada atividade como romancista e ficcionista, iniciada em 1982 com o romance *Nó Cego* e que inclui argumentos para cinema e séries de televisão. Foi auditor dos Cursos de Defesa Nacional.

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



“... é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos – O caso de Goa (1950-1961)”

FILIPA SOUSA LOPES

NOVA/FCSH - IHC

Se com o fim da I Guerra Mundial, a inclinação pelo nacionalismo indiano cresceu no Estado Português da Índia, o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 e a implantação da ditadura determinará o novo curso da sua história. A igualdade dos direitos constitucionais a todos os cidadãos, quer fossem metropolitanos, quer coloniais e a restauração das liberdades civis negadas pelo regime de Salazar, passou a ser a luta de muitos goeses que, num esforço de ação concertada contra a presença colonial portuguesa, reuniram-se num comício, a 18 de junho de 1946, em Margão, determinando o desenvolvimento da luta pela libertação de Goa.

Com a proclamação da independência da Índia, a 15 de agosto de 1947, e estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois governos ao nível de Legações a União Indiana não tardou em propor negociações quanto ao futuro do Estado Português da Índia. A 27 de fevereiro de 1950, através da sua Legação em Lisboa reivindicou formalmente a soberania sobre as colónias portuguesas no Indostão. Perante a recusa de qualquer tipo de negociação por parte de Lisboa, iniciou-se uma escalada de acontecimentos que irá ter a sua expressão extrema na noite de 17 para 18 de dezembro de 1961, com a invasão de Goa, Damão e Diu, pelas tropas da União Indiana.

Apesar de ter sido no Estado Português da Índia que surgiram os primeiros conflitos, em resultado da política colonial do regime ditatorial português, a chamada “questão de Goa” é frequentemente esquecida, não só pela sociedade como também pela historiografia portuguesa, sendo abordada fundamentalmente no campo das relações internacionais e não no âmbito das guerras coloniais. Neste sentido, propomos nesta comunicação recuperar a memória desse conflito, que foi silenciado de uma forma consciente pelo Estado Novo e demonstrar que a invasão destes territórios foi utilizada para a consolidação do pensamento colonial do regime, transformando esse acontecimento na justificação da sua ação política nas futuras situações em defesa dos territórios coloniais.

Palavras-chave – Estado Novo; Oposição; Liberdade; Independência.

Docente de História do ensino básico e secundário; doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese sobre “As vozes da oposição ao Estado Novo e a questão de Goa (1950-1961)”. Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho, com a dissertação “A Oposição à Ditadura no concelho de Vila Nova de Famalicão”.

Como investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa desenvolve pesquisas na área do Estado Novo, oposições bem como descolonização e lutas de libertação.

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



A Guerra Colonial em contexto educativo: das fontes à consciência histórica

ISABEL BARCA, CITCEM/FLUP
e MARÍLIA GAGO, CITCEM/FLUP e Universidade do Minho

A interpretação de fontes diversas é uma operação metodológica crucial em História. Mas, em regra, não basta trabalhar fontes variadas apenas na sua forma de comunicar (verbal, áudio, visual, etc); há que tomar em consideração diversos pontos de vista para uma compreensão mais abrangente, multifacetada e, portanto, mais “verdadeira”, do passado em estudo. O diálogo entre várias narrativas históricas que encerram diversas perspetivas é promotor da formação de uma consciência histórica mais humanista. Neste momento em que se propõe pensar a História e a Memória da Guerra Colonial Portuguesa revisitamos um estudo de investigação em educação histórica, sobre a Guerra Colonial, que incidiu na interpretação de fontes com pontos de vista diversificados. Este estudo foi implementado em turmas de 6º e 9º anos de escolaridade e foi parte integrante do “Projeto Formar Opinião na aula de História” financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

serviu nesta Região em 1755/1767
contribuindo com o seu esforço para
o cumprimento das
atribuídas à sua U
da Pátria em terras
O GENERAL

ISABEL BARCA Professora Associada com Agregação pela Universidade do Minho (aposentada), é investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) e foi investigadora do Centro de Investigação em Educação (CIED) da Universidade do Minho. Tem Doutoramento em 'History in Education' pela Universidade de Londres, Mestrado em Ensino de Ciências Sociais pela Universidade de Boston e Licenciatura em História pela Universidade do Porto. Docente na Universidade do Minho de 1988 a 2013 e Professora visitante na UFPR, Brasil em 2014, tem orientado projetos de pós-doutoramento, doutoramento e mestrado na linha da Educação Histórica e coordenado vários projetos, com destaque para os de “Consciência Histórica – Teoria e Práticas I e II” financiados pela FCT. Publicou, entre outras obras, “O Pensamento Histórico dos Jovens” (2000) e várias Atas das Jornadas Internacionais de Educação Histórica (individualmente ou em coautoria) pelo CEEP/CIED da U. Minho e pelo CITCEM da U. Porto, além de artigos e capítulos de livros em diversos países.

MARÍLIA GAGO É doutora em Educação, Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais, pela Universidade do Minho, em 2007; mestre em Educação, Supervisão Pedagógica e Metodologia do ensino de História, pela Universidade do Minho, em 2001; e licenciada em História e Ciências Sociais (ensino de), pela Universidade do Minho, em 1998. É professora auxiliar convidada na Universidade do Minho no Mestrado Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, no âmbito de Metodologia do Ensino de História e Supervisão Pedagógica, e investigadora do CITCEM – Universidade do Porto, desde 2017. Investigadora no Projeto “RECEB - Reforma Curricular do Ensino Básico da Guiné-Bissau”, financiado pelo Global Partnership for Education, UNICEF, Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade do Minho; e no projeto “Avaliação do ensino e aprendizagem de temas controversos da História: contribuição para o desenvolvimento educacional ou para a promoção das desigualdades em países emergentes” coordenado pela Prof. Doutora Maria Auxiliadora Schmidt, financiado pela CAPES- CNPq, Universidade Federal do Paraná-Brasil (LAPEDHU), como investigadora estrangeira. Autora de várias publicações no âmbito da Formação de Professores e Educação Histórica, sendo autora e consultora de manuais escolares da Texto Editores (Grupo LeYa) desde 2011. Foi membro da Direção da Associação de Professores de História (2008-2010) e Formadora em várias ações de formação contínua de professores (2002-actualidade), destacando-se a sua participação como Formadora na Oficina de Formação “Flexibilização, Integração e Autonomia Curricular”, promovida pela Direcção-Geral da Educação – Ministério da Educação.

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



A monumentalização da Guerra Colonial Portuguesa: 60 anos em retrato

ANDRÉ CAIADO

Universidade de Coimbra

Nas últimas duas décadas vários processos de memorialização da Guerra Colonial Portuguesa têm contribuído para a emergência de ressignificações e (re)produções mnemónicas desse evento histórico na sociedade portuguesa contemporânea, os quais incluem rituais de lembrança, confraternizações e eventos comemorativos, a publicação de livros de memórias e autobiografias de antigos combatentes, o interesse crescente no tema pelas artes plásticas e performativas, debates nos media, a partilha de testemunhos sobre a guerra em plataformas digitais e redes sociais, entre outros.

A construção de monumentos evocativos é outra das expressões materiais deste *memory boom* sobre a guerra e uma ferramenta das políticas de comemoração e lembrança, juntamente com a musealização do conflito. Contabiliza-se existirem, atualmente, mais de 400 monumentos em Portugal e embora o processo de construção se estenda ao longo de quase seis décadas, mais de 350 foram construídos após o virar do milénio. O processo constitui um registo memorialista promovido fundamentalmente pela comunidade castrense e pelas comunidades e associações de antigos combatentes, com o apoio da administração local.

O trabalho baseia-se na análise semiótica e da epigrafia dos monumentos, visitas observacionais, bem como em entrevistas realizadas a alguns dos seus promotores, e inclui ainda a análise de uma vasta gama de fontes, nomeadamente, discursos proferidos nas cerimónias de inauguração, projetos de arquitetura e memórias descritivas dos monumentos, notícias e representações nos media.

A comunicação começará por apresentar a evolução das propostas escultóricas e iconográficas, para de seguida examinar os traços característicos destes monumentos que os distinguem ou aproximam de outros processos de monumentalização. A apresentação procurará fornecer uma leitura diacrónica da monumentalização da memória do conflito, procurando refletir sobre a relação que se pode estabelecer entre as dinâmicas do processo e a evolução da memória social da guerra na sociedade portuguesa.

O trabalho conclui que estes monumentos, cuja dinâmica de construção foi particularmente intensa nas últimas duas décadas, manifestam um esforço de (auto)reconhecimento dos agentes que promovem a sua edificação e que são também os recipientes da homenagem pública prestada. Surgem, em grande medida, como resposta a um relativo silêncio institucional que envolve a memória da guerra e a um insuficiente reconhecimento público por quem participou no conflito, que muitos antigos combatentes afirmam sentir e entendem que é devido.

Palavras-passe: antigos combatentes; associações de veteranos; comemoração; memorialização; monumentos de guerra.

Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais e doutorando no Programa de Doutoramento 'Patrimónios de Influência Portuguesa' na Universidade de Coimbra, onde desenvolve uma tese sobre os processos de monumentalização e museologização da Guerra Colonial Portuguesa.

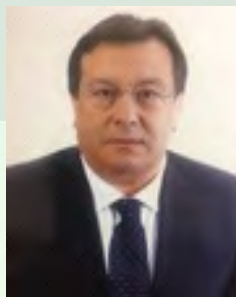
Atualmente integra a equipa do projeto "CROME - Memórias cruzadas, políticas do silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais", coordenado pelo investigador Miguel Cardina e financiado pelo European Research Council.

Mestre em Economia e Gestão Internacional na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. A sua dissertação de mestrado focou o papel da diplomacia económica, tendo analisado a utilidade das visitas oficiais para os empresários que integram as comitivas promoverem as suas empresas e negócios nos países visitados.

Os atuais interesses de investigação centram-se nos estudos da memória da Guerra Colonial, processos de memorialização e monumentalização, peregrinações militares e turismo da saudade.

Mais informações em: www.ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es-juniores/andre-caiado.

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



A Guerra Colonial Portuguesa - Fontes Existentes no Museu da Guerra Colonial

JOSÉ MANUEL LAGES

Diretor Científico do Museu da Guerra Colonial

A génese deste projeto remonta ao ano de 1989 e teve o seu início num trabalho pedagógico/didático a que se chamou “Guerra Colonial, uma história por contar”. Este foi realizado e desenvolveu-se em várias freguesias dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Braga, e Barcelos e tinha por objetivo fazer o levantamento e a recolha do espólio dos combatentes utilizando a metodologia da história oral. Atualmente, estende-se a várias freguesias do Minho e a várias Delegações de Deficientes das Forças Armadas Portuguesas e como resultado recuperámos aquilo a que chamamos “o Baú da Guerra” que depois de aberto forneceu-nos fontes importantíssimas para o estudo do combatente português na Guerra Colonial.

Assim, recuperaram-se e ordenaram-se vários documentos tais como: processos de morte e de ferido, a correspondência, diários pessoais e de companhia, documentos de ação social e psicológica, relatos e processos confidenciais, objetos de arte, fotografias, objetos religiosos, bibliografia e documentos vários, enfim, um manancial de fontes que nos permitem organizar o itinerário do combatente português na Guerra Colonial.

As finalidades do MGC foram definidas, claramente: a recolha, a preservação e a divulgação de fontes e estudos e o alargamento a novos estudos e parcerias. Pretende-se, com esta apresentação, divulgar fontes existentes no MGC que permitirão fazer investigação e estudos sobre este período.

O Museu está organizado segundo temas que assentam naquilo a que chamamos “o itinerário do combatente na Guerra Colonial” e tem um perfil pedagógico de informação histórica e cultural para as gerações do pós-guerra e para o público em geral com a intenção de contribuir para o estudo deste período recente da História de Portugal.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestre em História da Colonização Portugal-Brasil pela Universidade do Minho. Professor do 3.º ciclo de secundário. Diretor Científico do Museu da Guerra Colonial. Tem várias publicações sobre a Guerra Colonial e emigração portuguesa para o Brasil. Tem participado em colóquios, seminários e congressos no país e no estrangeiro com destaque no congresso da Frelimo em Moçambique.

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



Sinais de Vida: Cartas de Guerra 1961-1974 Arquivos da Guerra Colonial e Herança Cultural

JOANA PONTES

Investigadora e realizadora

Memória, história e Guerra Colonial: quem é que hoje está autorizado a falar deste passado e de que modo? O que é que pode e deve ser dito?

Memória e história ligam passado e presente e esta relação está longe de ser pacífica. Se, por um lado, a memória é subjetiva, por outro a escrita da história não está livre do que influencia a memória, a saber, mitificação, sacralização e amnésia. Muitos são os exemplos de apagamento, negação e transformação de memórias na escrita da história.

Assim, o enquadramento social das memórias individuais vai ser um elemento decisivo na existência da memória coletiva e no seu reconhecimento. A perceção e reconstituição do detalhe dos grandes acontecimentos estará no vai-vém constante entre a história individual e a história coletiva.

No caso da Guerra Colonial, os arquivos particulares dão-nos a experiência dos indivíduos singulares, dos que foram e dos que ficaram. Permitem perceber, em primeira mão, a expressão dos sentimentos e pensamentos, a mentalidade das pessoas comuns. Fotografias, correspondência, outros escritos e objetos, constituem uma parte fundamental, embora ainda pouco estudada, do legado cultural da guerra.

Doutorada pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. É licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa, fez estudos em Cinema na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, na Radio Televisão de Portugal (RTP), e frequentou uma formação intensiva na BBC, British Broadcasting Corporation, em TV Production.

É realizadora e professora da Escola Superior de Comunicação Social em disciplinas ligadas à escrita e realização. Os seus interesses de investigação estão direcionados para a História Contemporânea de Portugal, especialmente para o período final do Estado Novo, 1960-1974

NOTAS BIOGRÁFICAS e RESUMOS



Guerra Colonial: um passado que não quer passar
ANTÓNIO ARAÚJO
FLUL-NOVA/IHC

Nesta comunicação, procurar-se-á saber em que medida existe hoje uma «política da memória» em torno da Guerra Colonial, nomeadamente da parte das entidades públicas e, por outro lado, indagar se o esforço memorialístico dos últimos anos, levado a cabo pelos cidadãos, tem tido eco na esfera pública portuguesa.

Nasceu em Lisboa, em 1966. Jurista e historiador, licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde obteve o mestrado em ciências jurídico-políticas e doutorou-se em História Contemporânea na Universidade Católica Portuguesa. Assessor do Tribunal Constitucional, exerceu funções como consultor político do Presidente da República de 2006 a 2021, sendo atualmente administrador executivo e diretor de publicações da Fundação Francisco Manuel dos Santos, onde dirige, entre o mais, as coleções Ensaios e Retratos da Fundação. Autor de diversos artigos e livros sobre Direito Constitucional, Ciência Política e História Contemporânea, os últimos dos quais *Matar o Salazar* e *Morte à PIDE!*, ambos editados pela Tinta da China. Criador e editor do blogue Malomil, colabora regularmente nos jornais Expresso, Diário de Notícias e Público.

**ONDECORADOS
RELEVANTES
dos combates
em Mocimboque**

Por um conjunto de actos, de valia e de coragem de 1963/64, como heróis e desbravadores, nomeadamente, em 1963/64, em Mocimboque, foram decorados com a Medalha de Honra Militar, de 1.ª Classe, os seguintes militares:

1.º Tenente António Teodoro de Castro, do 1.º Batalhão de Montanheiros, Tropa de Armas, por ter sido o primeiro a entrar na povoação de Mocimboque, em 1963/64, e por ter sido o primeiro a ser ferido em combate, durante a acção de libertação da povoação de Mocimboque, em 1963/64, tendo sido ferido e não sobrevivendo ao combate.

